



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Distrital Celina Leão - PPS



PL 1856 / 2017

PROJETO DE LEI 2017

(Deputada Celina Leão)

L I D O
Em. 05.12.17

Secretaria Legislativa

Dispõe sobre a garantia de acompanhamento psicológico e psiquiátrico aos integrantes, ativos e inativos, das carreiras da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e dá outras providências.

Art. 1º Fica assegurado o acompanhamento psicológico e psiquiátrico aos integrantes, ativos e inativos, das carreiras da Polícia Militar e Bombeiro Militar do Distrito Federal.

Art. 2º A assistência criada por esta Lei compreende o acompanhamento psicológico e psiquiátrico, além da orientação técnica aos integrantes das carreiras a que se refere o art. 1º.

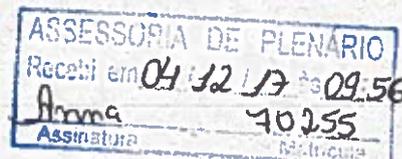
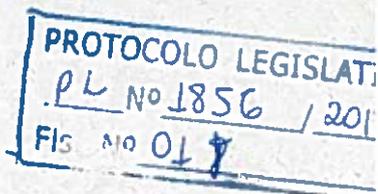
Parágrafo único. O acompanhamento e a orientação de que trata este artigo consistirão na preparação psicológica dos profissionais para gozarem de plena saúde mental durante o exercício da atividade e quando estiverem na inatividade.

Art. 3º Os profissionais encarregados do acompanhamento psicológico e psiquiátrico, após a avaliação de cada caso, definirão a forma de tratamento mais adequada aos integrantes das carreiras da Polícia Militar e Bombeiro Militar.

Art. 4º A assistência psicológica profissional prevista nesta Lei deverá ser amplamente divulgada nas Corporações, com esclarecimentos de sua finalidade, bem como da importância para o candidato à inatividade recebê-la.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor 60 (sessenta) dias de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.





JUSTIFICAÇÃO

A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, prestam os mais relevantes serviços à sociedade. As duas corporações são integradas por profissionais de altíssima competência e que merecem toda a atenção e respeito do Poder Público.

Entretanto, o quadro que se mostra, tem se apresentado com sinais de grande preocupação. Matéria veiculada no Correio Brasiliense, jornal local de grande circulação, já emitia alertas sobre a condição dos quadros dos Policiais Militares do DF. Diz a matéria de agosto de 2013:

“Problemas psicológicos e dependência química: 1.642 policiais pedem ajuda.

273 policiais civis e militares buscaram tratamento a cada mês só no primeiro semestre deste ano

O 9º Batalhão de Polícia Militar foi o que mais encaminhou PMs para tratamento nos seis primeiros meses do ano: 13, assim como o 11º BPM (Samambaia)

Distúrbios psicológicos e dependência química levam, em média, 273 policiais civis e militares a buscarem tratamento médico todos os meses. Somente no primeiro semestre deste ano, 1.642 agentes da segurança solicitaram ajuda nas respectivas corporações, de acordo com a Subsecretaria de Integração e Operações de Segurança Pública. Números que os representantes das categorias acreditam ser ainda maiores porque nem todos recorrem ao serviço médico.

Dos 80 policiais militares em tratamento atualmente, 58 — ou 72,5% — fazem parte do Programa de Recuperação e Apoio ao Dependente Químico (Pradeq). Quatro deles estão internados em clínicas de

PROTÓCOLO LEGISLATIVO	
PL	Nº 1856 / 2017
Fls	Nº. 1. 028



reabilitação. Outros 22 recebem apoio no Programa de Resgate a Autoestima e Valorização da Vida (Praev-Vida). A maioria absoluta dos pacientes é experiente e tem mais de 10 anos de trabalho.

As unidades que mais encaminharam militares para o Centro de Assistência Social (Caso) este ano foram o 11º (Samambaia) e o 9º (Gama) batalhões, cada um com 13 profissionais atendidos, seguidos pelo 17º (Águas Claras), com oito, e pelo 2º (Taguatinga Centro), com sete.

No caso da Polícia Civil, não está detalhado qual tipo de atendimento médico é prestado aos agentes. Dos 5.076 servidores, pelo menos 1.562 passaram por consulta psicológica no primeiro semestre do ano. O diretor-geral da Polícia Civil, Jorge Xavier, informou que vai comentar o caso após ter acesso aos dados detalhados da Policlínica.

O comandante-geral da Polícia Militar, coronel Jooziel de Melo Freire, ressalta que os números de policiais em tratamento têm se mantido estáveis. "São usuários de drogas lícitas (álcool) e ilícitas. O que não se recupera ou não aceita o tratamento é excluído da corporação", garante. Jooziel destaca que as condições de trabalho da PM são excelentes. "O pedido de aumento salarial é legítimo, mas o que ganhamos é condizente com o restante do país", diz.¹

O quadro grave em que se encontram os militares não é particularidade do Brasil. Há casos como Rio de Janeiro, Ceará, Bahia, Amazonas e Minas Gerais em que

¹ http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2013/08/27/interna_cidadesdf.384666/problemas-psicologicos-e-dependencia-quimica-1-642-policiais-pedem-ajuda.shtml

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PL Nº 1856 / 2017
Fls Nº 03



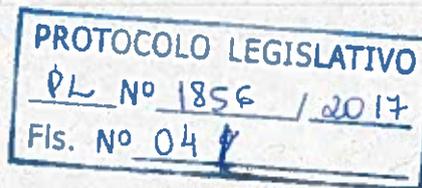
a situação é semelhante. O Poder Público não oferece a estes profissionais melhores condições de trabalho e sequer atual em seu favor, de forma que estes estejam sempre melhor preparados e aptos ao desempenho de suas estressantes atividades.

Da instabilidade emocional à depressão, dos transtornos de humor à depressão e das mais variadas causas, que vão do alto grau de estresse das atividades às questões emocionais em casa, por endividamento ou outra que seja, o fato é que os policiais estão desassistidos de alguma forma e a atuação do poder público de forma proativa, parece não ter a efetividade necessária para impedir que casos graves como suicídios, sejam evitados.

Outra matéria veiculada em março de 2016, demonstra o alto grau de preocupação as corporações com seus profissionais. Diz a matéria:

“Em filmes de detetive, o policial depressivo, viciado em álcool e cigarro, é um personagem romântico, idealizado. Na vida real, esses traços levam a transtornos psiquiátricos e afastamentos, mas o problema é varrido para debaixo do tapete. No DF, a Secretaria de Segurança não mantém controle sobre os atendimentos relativos à saúde mental das polícias e bombeiros – seria uma função exclusiva das corporações – e as instituições não tornam públicos dados a respeito.

De acordo com as últimas publicações no Diário Oficial do DF (DODF), a procura dos agentes de segurança por ajuda psicológica e psiquiátrica é alta. Os dados mais recentes se referem aos primeiros seis meses de 2015. Nesse período, foram 3,8 mil atendimentos médicos para policiais civis, o que inclui as assistências psiquiátricas, e 796 psicológicos. O efetivo total da PCDF é em torno de





cinco mil, então quase quatro a cada cinco agentes procuraram algum tipo de ajuda.

O DODF ainda revelou que, nos meses de abril, maio e junho passados, dez policiais militares participavam de programas anti-suicídio, 12 recebiam acompanhamento psicológico e 16 eram assistidos por dependência química. Para a Associação dos Praças (Aspra), esse número se deve mais à falta de capacidade da corporação para atender à demanda do que a uma possível baixa procura.

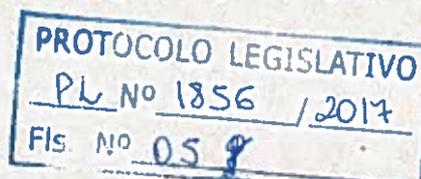
“Temos uma polícia doente, essa é a realidade”, desabafa o presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis do DF (Sinpol), Rodrigo Franco. “A própria natureza da atividade (provoca isso). Lidar todos os dias com o que há de pior na sociedade, desde briga de família e abandono de incapaz até homicídio e estupro, que acontecem centenas por semana, é desgastante. O policial é humano e absorve esses sentimentos negativos”, complementa.

Saiba mais

Segundo acadêmicos da Universidade do Rio de Janeiro (Uerj), uma pesquisa sobre suicídio com a PM local só foi possível porque o comando não acreditava que o problema existisse na polícia. Mas o resultado não foi o esperado.

Suicídio: problema ainda é tabu

O assunto de suicídio é tabu tanto entre a polícia quanto na maioria das esferas da sociedade, mas o problema acontece e militares e agentes sabem e temem isso. Em geral, não se noticia (ou não se deveria se noticiar) casos em que a pessoa tira a própria vida. Dessa forma, estatísticas a respeito desse tipo de morte são difíceis de se obter. Em julho passado, no 9º Encontro do





Fórum Brasileiro de Segurança Pública, no Rio de Janeiro, no entanto, o tema ganhou notoriedade.

Nenhuma estatística a respeito da situação em Brasília foi apresentada, mas estudos com policiais de outros estados ajudaram a ilustrar o momento vivido pelos agentes de segurança. Uma pesquisa do Laboratório de Análise da Violência, ligado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), entrevistou 224 policiais militares da capital fluminense e 30% deles admitiram já ter pensado ou tentado se matar.

Casos no DF

O contexto brasiliense foi pincelado pelos relatos de militares do DF durante os debates. O subtenente da PMDF, Edson Maia, por exemplo, relatou que, em 2014, dois companheiros de farda tiraram a própria vida.

Fragilidade emocional

Suicídio também embasou a dissertação, de 2013, intitulada Quero Morrer do Meu Próprio Veneno, de Tatiane Almeida, que tratou da Polícia Federal, corporação da qual é integrante. Sua tese de mestrado analisou as situações e condições de trabalho propícias para causar fragilidade psicológica em seus colegas de profissão.

“Os policiais têm mais demandas do que lhes é possível resolver”, diz o texto. “Solicitados a sempre dar e expostos à miséria humana, tendem a sentir-se frustrados [...], o que suscita reações de inadequação, podendo proteger-se no alcoolismo, no cinismo, ou no gesto suicidário como tentativa de alcançar novamente o sentimento de força e adequação”, prossegue.

Prevenção





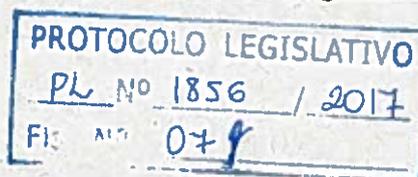
O presidente do Sinpol, Rodrigo Franco, tem opinião similar à da pesquisadora. Para ele, existe o agravante de as autoridades e comandantes não perceberem ou não quererem admitir a gravidade da situação. "Os gestores não reconhecem os casos de suicídio como vinculados à atividade profissional. Eles tentam atribuir a problemas pessoais. Por isso que talvez não haja a prevenção", critica. Franco acredita que o apoio oferecido pelos centros de assistência dentro da corporação são limitados, pois "só há atendimento quando a pessoa surta ou já tem a situação agravada. Não existe tratamento preventivo", aponta.

O vice-presidente da Aspra, sargento Sansão, garante que a situação para os militares já foi pior. "O novo comando é mais humano e adota o diálogo. Antigamente, faltava sensibilidade. Se o policial tinha algum problema, não havia nada para se apoiar. Mandaram as psicólogas todas embora", critica.

Segundo ele, um problema recorrente é o alcoolismo, motivado tanto pelo estresse da profissão quanto por problemas financeiros.

A coordenadora da Comissão de Estudos de Prevenção ao Suicídio da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), Alexandrina Meleiro, acredita que as corporações não revelam dados sobre afastamentos e atendimentos para preservar a imagem: "Se você mostra que a polícia ou os bombeiros estão doentes, a população pode se sentir insegura. E não há uma política que utilize os dados de maneira produtiva".²

² <http://www.jornaldebrasil.com.br/cidades/atividades-abalam-forcas-de-seguranca-e-policiais-adoecem/>





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Distrital Celina Leão - PPS



Outro quadro que demonstra grande preocupação e noticiado em 2014 e que ainda hoje tem índices alarmantes é o de suicídio dentro das corporações.

A proposição em comento encontra amparo legal, vez que a LODF dispõe:

Art. 17 Compete ao Distrito Federal, concorrentemente com a União, Legislar sobre:

(...)

§2º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, o Distrito Federal exercerá competência legislativa plena, para atender suas peculiaridades.

Com isto, para que o Distrito Federal tenha uma Polícia Militar e um Corpo de Bombeiros Militar que atenda com qualidade a sua população e goze de plenas condições de trabalho que conclamamos os nobres parlamentares para que aprovem a presente proposição, levando em consideração a importância do tema.

Sala das sessões,

de 2017.

Celina Leão

DEPUTADA DISTRITAL

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PL Nº 1856 / 2017
Fis Nº 08 f

Assunto: Distribuição do Projeto de Lei nº 1.856/17 que “Dispõe sobre a garantia de acompanhamento psicológico e psiquiátrico aos integrantes, ativos e inativos, das carreiras da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e dá outras providências”.

Autoria: Deputado(a) Celina Leão (PPS)

Ao SPL para indexações, em seguida ao SACP, para conhecimento e providências protocolares, informando que a matéria tramitará, em análise de mérito, na CSEG (RICL, art. 69-A, I, “a” e “b”) e, em análise de admissibilidade na CEOF (RICL, art. 64, II, “a”) e CCJ (RICL, art. 63, I).

Em 07/12/17



MARCELO FREDERICO M. BASTOS

Matrícula 13.821

Assessor Legislativo

